

Com punição não tem acordo!

Ato nacional nesta segunda, no Edise, durante entrega da pauta de reivindicações. Concentração às 9 horas!

“Mexeu com meu companheiro, mexeu comigo”. Mais uma vez, os petroleiros farão ecoar o grito de resistência e indignação contra as arbitrariedades e autoritarismo da Petrobrás. Caravanas com trabalhadores de várias bases do país estarão nesta segunda-feira, 31/08, em frente ao Edise, exigindo um basta às punições e práticas antissindicais. O ato nacional abre a campanha reivindicatória e será a primeira das várias mobilizações que serão necessárias durante o processo de negociação com a empresa.

As assembléias recém concluídas apontaram a disposição de luta da categoria para transformar em conquistas a pauta de reivindicações que será protocolada pela FUP nesta segunda-feira. Os petroleiros aprovaram em todas as bases o indicativo do Conselho Deliberativo de que não haverá assinatura do Acordo Coletivo, se a Petrobrás mantiver as punições aplicadas contra quem participou da greve de março deste ano. Os trabalhadores também referendaram nas assembléias a proposta para a Nova Lei do Petróleo, que já foi protocolada na Câmara e no Senado (veja matéria abaixo). Estes são os principais eixos políti-



cos da campanha reivindicatória, que tem ainda como bandeiras a luta por liberdade e autonomia sindical e por uma nova política de SMS.

O ato desta segunda-feira reforçará mais uma vez o recado da categoria: “Mexeu com meu companheiro, mexeu comigo”. Com punição, não tem acordo!

“O petróleo tem que ser nosso”

PL 5891/2009: trabalhadores fazem história!

O dia 27 de agosto de 2009 é uma data histórica e também de reflexão para a categoria petroleira. Após mais de uma década de resistência contra o projeto neoliberal de privatização da Petrobrás e contra a entrega do petróleo às empresas privadas, os trabalhadores pautaram no Congresso Nacional a luta pela retomada do monopólio estatal. Sob o número 5891/2009, o Projeto de Lei apresentado pelo deputado federal Fernando Marroni (PT/RS) reúne na íntegra todas as propostas consensuadas pela FUP, Sindipetro-RJ, Aepet e movimentos sociais para restabelecer o controle integral do Estado sobre o petróleo, transformar a Petrobrás em empresa 100% estatal

e pública e garantir a destinação social dos recursos gerados por esta riqueza.

O PL 5891/2009 foi subscrito por outros 23 deputados do campo da esquerda (PT, PCdoB, PDT e PSOL), representantes de 11 estados do país. O apoio dos parlamentares foi uma conquista importante, mas é a mobilização da sociedade que impulsionará a tramitação do projeto e o debate em torno das propostas dos trabalhadores. Os petroleiros são os protagonistas deste movimento e, como tal, devem assumir a defesa da Nova Lei do Petróleo em seus locais de trabalho, na família,

continua no verso

com os amigos e vizinhos. Além de possibilitar a construção de um futuro melhor para o povo brasileiro, esta é uma luta que tem tudo a ver com condições de trabalho e direitos, pois a categoria sabe muito bem os riscos que corre, caso a legislação continue favorável às empresas privadas.

Luta também no Senado

A proposta dos trabalhadores e movimentos sociais para retomada do monopólio estatal do petróleo foi também pautada no Senado. O anteprojeto foi protocolado no dia 26/08, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e já será discutido em audiência pública na próxima quinta-feira (03/09).

Campanha unificada com o setor privado

Assim como no Sistema Petrobrás, a FUP e seus sindicatos iniciam esta semana a campanha reivindicatória dos trabalhadores do setor privado. As assembleias realizadas nas empresas aprovaram a pauta de reivindicações, que foi unificada por ramo de atividades. Além de combater o arrocho salarial, reivindicando ganho real e PLR, a campanha dos trabalhadores terceirizados dará destaque à luta contra a precarização das condições de trabalho, buscando avanços nos benefícios, regimes, jornadas, saúde e segurança.

A luta por melhores condições de trabalho no setor privado também será enfatizada pela FUP durante a negociação com a Petrobrás. Na pauta de reivindicações que será protocolada na estatal, nesta segunda-feira, 31/08, há várias cláusulas reforçando as princi-

pais bandeiras de luta dos trabalhadores terceirizados. Uma das principais reivindicações da FUP é a luta por uma nova política de contratação, que acabe com o critério do menor preço. Alegando necessidade de redução de custos para garantirem seus contratos com a Petrobrás, as empresas prestadoras de serviço precarizaram ainda mais as condições de trabalho.

Encontros regionais

A FUP e os sindicatos estão realizando seminários regionais para discutir as campanhas no setor privado, a organização dos trabalhadores e a importância de uma Nova Lei do Petróleo. Agora em setembro, serão organizados encontros no Rio Grande do Norte e Espírito Santo; em outubro, será a vez do Norte Fluminense.

Destaques da semana no portal da FUP www.fup.org.br

Reduc proíbe participação de representante da FUP em auditoria do SPIE

O representante da FUP e da CUT/CNQ no Comitê de Certificação do SPIE (ComCer), Marcos dos Santos Amaral, foi impedido pela Reduc de acompanhar a auditoria realizada na refinaria entre os dias 25 e 28 para verificar a integridade dos equipamentos da área industrial. Além de desrespeitar a Federação como entidade representante dos trabalhadores na composição tripartite do ComCer, a gerência da Reduc tem descumprido a NR-13, segundo vários alertas feitos pelo Sindipetro Caxias. **Saiba mais:** <http://www.fup.org.br/noticias.php?id=3191>

Petros: conselheiros das associações votam contra trabalhadores

A serviço de quem estão os conselheiros da Petros que foram eleitos com apoio das associações de aposentados? Ao votarem contra a redução da taxa de administração dos planos de benefícios da Petros, estes conselheiros comprovaram que não defendem os interesses dos trabalhadores. A redução da taxa de administração dos planos, que caiu de 6% para 4% sobre as contribuições, só foi aprovada graças ao voto de desempate que a patrocinadora tem direito no Conselho Deliberativo da Petros. Uma vergonha para a categoria petroleira, que sempre foi contrária ao chamado "voto de qualidade", mecanismo combatido por todos os participantes de fundos de pensão, inclusive a Anapar, que chegou a divulgar nota lamentando a atitude nada classista dos conselheiros deliberativos eleitos da Petros, que votaram contrários à redução da taxa de administração. Ainda restam dúvidas de que lado estão os conselheiros eleitos pelas associações? **Saiba mais:** <http://www.fup.org.br/noticias.php?id=3192>

Arbitrariedade da Petrobrás causa boicote em eleição de CIPAs na Bacia de Campos

Termina nesta segunda-feira, 31, a eleição das CIPAs na Bacia de Campos, processo que, está sendo realizado de forma fraudulenta diante da insistência da Petrobrás em não reconhecer as inscrições de trabalhadores injustamente punidos por terem participado da greve de março. Os petroleiros atenderam ao chamado do Sindipetro-NF e estão boicotando as eleições. Além de desrespeitar a lei duplamente, punindo os trabalhadores e impedindo suas candidaturas à CIPA, a Petrobrás afronta as normas legais também por meio do assédio moral promovido pelos gerentes, que, mesmo sem moral no assunto segurança, tentam forçar petroleiros a votarem.

Saiba mais: <http://www.fup.org.br/noticias.php?id=3189>